



Núcleo de  
Línguas



# *Grupo de estudos antirracista lula rocha*

*Lula Rocha Anti-Racist Study Group*

## **RESUMO**

O presente artigo faz uma síntese da trajetória do projeto de extensão, Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha (GEALR), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ao Núcleo de Estudos Sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI). O Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha tem como objetivo estudar a questão étnico-racial e construir uma agenda de valorização de saberes índio-afrocentrados que articule a comunidade acadêmica, movimentos sociais organizados, povos e comunidades tradicionais e a sociedade em geral. Em 2023 o projeto obteve a segunda colocação no prêmio Maria Filina de Mérito Extensionista, campus Goiabeiras. O artigo apresenta as atividades realizadas no primeiro ano de atuação do grupo, bem como seus objetivos, metodologia e resultados.

Palavras-chave: antirracista; questão étnico-racial; grupo de estudos.

Lízia De Boni Silva  
Jônatas Corrêa Nery  
Dilecia de Freitas Reis  
William Berger  
Raquel Sabará

liziadeboni@gmail.com  
jonatascorreanery@gmail.com  
difreitasreis@gmail.com  
williambergere@gmail.com  
raquel.s.freitas@ufes.br

### *Abstract*

*This article summarizes the trajectory of the Extension Project, Lula Rocha Anti-Racist Study Group (GEALR), linked to the Social Service Department of the Federal University of Espírito Santo (UFES) and the Center for Studies on Violence, Public Security and Rights Humans (NEVI). The Lula Rocha Anti-Racist Study Group aims to delve into the studies of the Ethnic-racial Question and build an agenda for valuing Indigenous-Afro-centered knowledge that articulates the academic community, organized social movements, traditional peoples and communities and society in general. In 2023, the project won second place in the Maria Filina Award for Extensionist Merit, Goiabeiras campus. The article presents the activities carried out in the first year of operation, as well as their objectives, methodology and results.*

*Keywords: anti-racist; ethnic-racial issue; study group.*

## INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha (GEALR) é um projeto vinculado ao Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O projeto é resultante de demandas e mobilizações de estudantes do curso de Serviço Social, frente às inquietações que trazem do lugar social que ocupam enquanto estudantes e pesquisadores negros e negras na universidade, como trabalhadores e trabalhadoras e militantes de movimentos sociais, onde observam lacunas no trato da Questão Étnico-racial na Universidade e no curso de Serviço Social. Tal percepção implica a necessidade de interconexões de seus estudos e produções científicas com a realidade concreta que vivenciam nos extramuros da universidade.

Enquanto estudantes negros, negras e indígenas do curso de Serviço Social da UFES, percebem que, no processo de formação, não têm nas bibliografias estudadas ao longo da graduação e da pós-graduação, autores e autoras negros/as e indígenas. Para tanto, mobilizar o curso de Serviço Social, a partir da extensão com um grupo de estudos antirracista, implica a construção de uma agenda na universidade, em uma perspectiva antirracista que movimente a profissão em direção aos princípios da emancipação humana, com a radical transformação da ordem social e o vislumbre de uma sociedade igualitária e livre. Tais valores, norteiam o exercício profissional do Serviço Social e são compreendidos em seu referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Enfrentar o racismo teoricamente, para superá-lo na realidade, pelo estudo de autores/as negros/as e indígenas antirracistas, tornou-se o desafio maior a que o Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha se propôs.

Frente aos princípios que compõe o Código de Ética Profissional do Serviço Social (CFESS, 1993) em articulação com uma atuação crítica, esses estudantes apontam que os caminhos emancipatórios da humanidade só poderão ser constituídos se forjados por meio da luta pela eliminação dos processos de hierarquização de opressões, nos quais se incluem a eliminação do racismo no cerne das estruturas societárias.

O Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha, “nascido” no ano de 2021, na pandemia de COVID-19, flagrou a necessidade do aprofundamento teórico sobre a questão étnico-racial, compreendendo-a como parte intrínseca da formação social brasileira, onde o racismo se constitui e se reproduz de forma histórica, secular e tecnológica, produzindo iniquidades de múltiplas formas, inclusive na Universidade.

No lançamento do Grupo foi realizado um documentário com destacadas lideranças do Movimento Negro Capixaba, onde destacou-se a necessidade e a importância de um grupo de estudos antirracista na Universidade e a relevância

da atuação do Lula Rocha, falecido no ano de 2021, para os movimentos sociais capixaba, quando surgiu a ideia de homenagear Lula Rocha, colocando seu nome no Grupo de Estudos Antirracistas.

Assim, o Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha homenageia um dos maiores militantes capixaba, dos Direitos Humanos e do Movimento Negro no Espírito Santo, o Lula Rocha (in memoriam), que ao longo de uma vida militante ainda muito jovem, deixou importantes contribuições para a luta antirracista em diferentes setores dos movimentos sociais. Lula Rocha nunca perdeu de vista que o saber produzido na Universidade precisa estar à serviço da sociedade, e, neste particular, à população negra.

Neste sentido nossos estudos apontam cada vez mais a necessidade de valorização de intelectuais, cientistas e pensadores negros/as e indígenas no trato da “questão social” e as suas expressões, da produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia que tenham por base valores civilizatórios dos povos negros e indígenas em nosso país.

## **OBJETIVO**

O projeto de extensão “Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha” tem como objetivo adentrar os estudos da questão étnico-racial e construir uma agenda de valorização de saberes índio-afrocentrados que articule a comunidade acadêmica, movimentos sociais organizados, povos e comunidades tradicionais e a sociedade em geral. Esse objetivo busca a construção de uma universidade que tenha como pauta permanente uma educação antirracista em seu tripé ensino-pesquisa-extensão, e a centralidade na diminuição das iniquidades raciais socialmente constituídas pela articulação de saberes científicos, comunitários e histórico-ancestrais.

## **METODOLOGIA**

O público alvo do projeto são docentes, discentes e técnicos administrativos do curso de Serviço Social e de toda a UFES, comunidade externa e os movimentos sociais em geral. Foram organizados encontros com diversas temáticas que versam sobre a formação social brasileira e a questão étnico-racial, objetivando reflexões coletivas e aprofundamento sobre tais questões.

Durante a pandemia de COVID-19, com vistas aos estudos e ao alcance da maior quantidade de participantes possível, os encontros foram realizados de forma remota e mensal, a partir da plataforma Google Meet, o que permitiu um número expressivo de participantes em todos os encontros. Cada um deles contou com pelo menos 60 participantes, no formato online, chegando a um limite de 100 participantes em um único encontro. Além da quantidade, a qualidade das discussões e a relevância acadêmica dos conteúdos e mediadores/debate-

dores, atraíram participantes de todo o país. Dividimos os estudos em dois ciclos, de três encontros cada por semestre.

Nos dois primeiros ciclos foram realizados: exposição pública do vídeo de lançamento do Grupo de Estudos Antirracistas Lula Rocha com depoimentos de lideranças do Movimento Negro Capixaba sobre a importância de um Grupo de Estudos Antirracista a Universidade e a importância de Lula Rocha para os Movimentos Sociais - 24/03/2021. Estudo com Ana Paula Lyra e Fany Serafim Nascimento (integrantes do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI-UFES), mestrandas pelo CEFET/RJ e PUC-Rio, respectivamente) da obra “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro - 25/03/2021. Estudo com a Dra. Roberta Traspadini (UNILA/OBEPAL) da obra “Dialética radical do negro no Brasil”, de Clóvis Moura - 22/04/2021. Estudo com a Dra. Gracyelle Costa (UFRJ) dos textos de sua autoria “Assistência social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam” e “Trabalhadores negros na origem da política social brasileira” - 06/05/2021.

No segundo ciclo de 2021: Roda de saberes com a Dra. Olindina Serafim Nascimento (Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e quilombola do Sapê do Norte); Domingos Firmiano dos Santos (quilombola do Angelim/ES) e a Dra. Simone Batista Ferreira (professora da UFES, campus São Mateus/ES), cujo tema foi “A luta quilombola do Sapê do Norte e o enfrentamento à COVID-19 - 17/06/2021. Estudo com Dra. Valéria Pereira Bastos (PUC-Rio), Sebastião Carlos dos Santos (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Sanitário de Gramacho/RJ) da categoria “racismo ambiental” e caso do aterro sanitário Jardim Gramacho/RJ - 29/07/2021. Estudo com a Dra. Roberta Traspadini da obra de Jacob Gorender “O Escravidão Colonial” - 12/08/2021.

Para fechar 2021 um terceiro ciclo de estudos: Estudo com Jônatas Correa Nery (doutorando da UFRJ e membro do NEVI) do texto “A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira”, de Ellen Carolina Pereira e Simone Sobral Sampaio - 16/09/2021. Estudo com o Dr. Mário Luiz de Souza (Cefet/RJ) da obra “Racismo e cultura”, de Frantz Fanon - 14/10/2021. Realização de uma mesa de debate sobre “Racismo e expropriação territorial no Brasil”, com Charles Trocate (MST Nacional), Flávia dos Santos (quilombola do Angelim/ES) e Paulo Henrique Tupiniquim (liderança indígena das aldeias de Aracruz e representante da APOINME) - 11/11/2021.

A partir de 2022 os encontros passaram a ser presenciais, com um grande encontro demarcando o tema intitulado “Mulheres Negras na Política”, realizado na ADUFES, com a participação de mais de 100 pessoas, entre elas comunidade acadêmica e externa, movimentos negros, de mulheres e autoridades estaduais e municipais.

A articulação deste projeto visa pensar as teorias raciais a partir de autores e autoras negras que debatem a questão étnico-racial na formação social brasileira, atentando-se a observar a postura antirracista de forma interseccional, ou seja, articulando raça, classe, gênero, às questões ambientais, ao lugar do negro no mundo do trabalho, à luta quilombola e indígena, à expropriação secular de territórios negros e indígenas, ao feminismo negro, a política, dentre outras temáticas.

Ao longo de período entre julho de 2022 e a agosto de 2023, debateu-se a mulher negra na formação social brasileira por Lélia Gonzalez (2020), sobre a Lgbtfobia e o racismo tendo como referência a autora Audre Lorde (2020), a perspectiva da “escrivência” de Conceição Evaristo (2019), antirracismo e movimento social negro de Suely Carneiro (2019), mulheres quilombolas e território através de Dealdina (2020), o feminismo negro de bell hooks (2019), dentre outras autoras e autores negros e negras.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

As desigualdades entre brancos, negros e pardos na população brasileira são resultantes da formação social brasileira e características do processo de desenvolvimento do capitalismo neste país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu informativo “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, lançado no ano de 2019, demonstra que as desigualdades sociais no Brasil têm particularidades que estão intrinsecamente ligadas à cor e raça de sua população (IBGE, 2019).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, ao analisar a taxa de pobreza entre brancos, negros e pardos, foram observadas disparidades significativas. Enquanto a taxa de pobreza entre os brancos era de 18,6%, entre pretos e pardos esses índices eram ainda mais alarmantes, atingindo 34,5% e 38,4%, respectivamente. Quando avaliadas as taxas de extrema pobreza, a discrepância também se faz presente, registrando-se uma taxa de 5,0% para os brancos, enquanto entre os pretos e pardos esses índices eram de 9,0% e 11,4%, (IBGE, 2022)<sup>1</sup>.

Na contemporaneidade o conceito raça é observado como um elemento essencialmente político e determinante social. Por meio desse conceito podem ser construídas ideologias que reforçam e realizam a manutenção de privilégios de um determinado grupo, baseando-se na questão racial. Este conceito, longe de ser uma mera categorização baseada em características físicas, é utilizado como um sistema de hierarquização, profundamente marcado pelo poder político e econômico (SCHWARCZ, 1993; SCHWARCZ, 2006).

<sup>1</sup>Para informações sobre os conceitos de pobreza e de extrema pobreza, consultar a metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na própria matéria referendada.

Essa hierarquização racial não é apenas uma questão de percepção individual, mas é institucionalizada e permeia diversas esferas da sociedade, incluindo políticas públicas, sistemas judiciais, estruturas econômicas e até mesmo padrões culturais. Ela é utilizada para justificar e perpetuar desigualdades sociais, econômicas e políticas, ao mesmo tempo em que naturaliza e legitima a segregação e até mesmo o genocídio de minorias sociais (MUNANGA, 1999; MUNANGA, 2010).

Neste sentido, observamos que:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Gonzales (2002) aponta o processo de racialização de povos como ente fundamental para reprodução de classes sociais e estratificação social, sendo um dos pilares do modo de produção capitalista. O racismo é reflexo deste processo de racialização, um processo histórico e político, parte da ordem social, que transcende manifestações individuais e é viabilizado na organização política, econômica e jurídica da sociedade capitalista. Neste sentido, está intrinsecamente ligado às particularidades do processo de formação social de determinadas sociedades, se expressando e se reproduzindo de diversas formas, de acordo com os tempos históricos.

A compreensão da questão étnico-racial brasileira está para além de apreender o racismo como “erro social”, uma patologia psicológica, ou um princípio fundamental que demarca desumanidade de forma individualizada ou até mesmo coletiva. O racismo, observado enquanto estrutural na sociedade capitalista contemporânea, permeia e define todas as relações sociais brasileiras. Apreende-se então a questão étnico-racial como elemento estruturante das relações sociais e de constituição dos sujeitos coletivos no Brasil.

Dentre as determinações de perpetuação do racismo na formação social brasileira, observa-se que o fator raça surge como um demarcador das desigualdades econômicas entrelaçadas com as desigualdades raciais. Assim, o racismo determina objetivamente as desigualdades socioeconômicas entre as classes fundamentais, e atinge em especial as formas de reprodução de vida da classe trabalhadora.

Ao se observar a questão racial a partir de temas essenciais à reprodução da vida, aponta-se os diferentes níveis de vulnerabilidade econômica e social, tendo os quesitos cor e raça como referencial, na população brasileira. Ou seja, no Brasil as desigualdades no acesso a quaisquer formas de bem-viver são demarcadas por cor e raça, resultando em disparidades significativas em termos



de acesso à educação, saúde, emprego e moradia a essa população. A pobreza no Brasil foi racializada e ela é majoritariamente negra.

Outro ponto a ser colocado são os desdobramentos do racismo sobre homens e mulheres negros que, quando comparados, “os homens negros apresentam vantagens relativas que só podem ser atribuídas à sua condição sexual, isto é, a partir da análise de alguns indicadores sociais, evidencia-se que nascer homem negro, em termos de oportunidades sociais, é menos desastroso do que nascer mulher negra.” CARNEIRO (2019, p.39).

Ressaltar a complexidade das interseções entre raça e gênero e como esses fatores moldam as experiências individuais dentro de uma mesma comunidade destaca a necessidade imperativa de adotar uma abordagem crítica ao debater a questão racial no Brasil. Observar e debater a historicidade e os desdobramentos dessas questões sobre a população negra e indígena, possibilita uma atuação coletiva de articulação antirracista.

Vivenciando a segunda década após promulgação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, percebe-se que há um vácuo de letramento racial que perpassa diversas gerações. Compreende-se que os ditames legais acerca da obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África no ensino fundamental e médio sejam recentes, e que as diretrizes que os orientam são do ano de 2003, o que denota a necessidade e urgência do povo brasileiro em conhecer e reconhecer a sua história, que perpassa a história de luta e resistência do povo negro neste país (ALVES, 2018).

É a partir de tais premissas que o Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha, impulsionado pela necessidade de uma abordagem coletiva e articulada com a comunidade para entender e enfrentar os processos de produção e reprodução social do racismo, propõe-se a realização de pesquisas e debates sobre as raízes e manifestações do racismo, promovendo discussões que estimulem a reflexão crítica sobre as questões raciais. O grupo busca não só promover uma atitude antirracista dentro da Universidade, mas também estender essa reflexão e ação para além dos muros acadêmicos, visando uma transformação mais ampla na sociedade, articulando conceitos de raça, gênero e classe.

## **CONCLUSÃO**

O projeto de extensão Grupo de Estudos Antirracista Lula Rocha mostrou-se uma ferramenta para a produção e difusão do conhecimento que é produzido no meio acadêmico. Mas, também, proporcionou aos estudantes envolvidos, além do enriquecimento do processo formativo nas suas respectivas áreas, interação com diversos sujeitos, também detentores de conhecimento, desde uma

perspectiva índio-afrocentrada. Esses sujeitos são aqueles advindos dos espaços das lutas sociais, que, embora não estejam – necessariamente – presentes no meio acadêmico, produzem conhecimento nas lutas sociais e no enfrentamento das expressões da questão social em seu cotidiano. Neste sentido, o grupo de estudos se tornou também um lugar de encontro entre teoria e prática e celebração de nossas raízes afro e indígenas. Para um país que viveu 400 anos de escravidão negra e indígena e forjou suas instituições numa secular branquitude repleta de privilégios, pautar nossas vozes negras e indígenas na construção do conhecimento, da ciência e da tecnologia pela extensão universitária, não é pouca coisa. O legado de Lula Rocha segue vivo em nossas veias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ALVES, Samanta dos Santos. **Letramento racial crítico e práticas educacionais no ensino fundamental do município do Rio de Janeiro:** a formação continuada de professores da sala de leitura e suas narrativas. Dissertação de Mestrado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. 2018. 160p.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em: 26 de fev. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CFESS. **Resolução CFESS, 273/93 de 13 de março de 1993.** Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, 1993.

DEALDINA, Selma dos S. (org.). **Mulheres quilombolas:** territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, Selo Sueli Carneiro, 2020.

DSSO/UFES - Departamento de Serviço Social da Universidade federal do Espírito Santo. **Projeto Político Pedagógico 2002.** Disponível em: [https://servicosocial.ufes.br/sites/servicosocial.ufes.br/files/field/anexo/projeto\\_pedaggico\\_do\\_curso\\_de\\_servio\\_social\\_-\\_versao\\_2002\\_0.pdf](https://servicosocial.ufes.br/sites/servicosocial.ufes.br/files/field/anexo/projeto_pedaggico_do_curso_de_servio_social_-_versao_2002_0.pdf). Acesso em: 1 jul. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** Belo Horizonte: Mazza, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar do Negro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaio, Intervenções e Diálogos Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em 22 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento.** 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias>. Acesso em: 24 fev. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider:** ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo.** Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **A persistência da raça:** ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 287-92. 2006 <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100015>.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.